

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (em Reais)			
	N.E.	2025	2024
ATIVO		302.610.027,26	264.083.551,88
ATIVO CIRCULANTE		144.188.202,99	118.066.043,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4a	16.775.805,84	14.791.037,99
Caixa	4a	37.108,07	31.829,49
Bancos (sem restrição)	4a	2.171.268,23	1.674.116,03
Bancos (com restrição)	4a, 19	282.650,24	36.758,79
Aplicações de Liquidez Imediata (sem restrição)	4a, 4b	7.626.884,27	7.720.806,64
Aplicações de Liquidez Imediata (com restrição)	4a, 4b, 19	6.657.895,03	5.327.527,04
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		98.117.644,94	78.436.140,51
Mensalidades a Receber	4c	85.817.149,70	79.434.607,72
FIES a Receber		7.180.308,92	6.366.965,49
Adiantamentos a Receber		1.292.531,83	517.979,67
Outros Recebíveis de Clientes e Governo	6	14.428.022,13	5.293.087,14
(-) Perdas Estimadas Crédito de Liq. Duvidosa - PECLD	4d	-10.600.367,64	-13.176.499,51
ESTOQUES	4e	3.589.551,50	3.478.088,91
Estoque para Consumo		2.422.652,12	2.210.899,06
Estoque para Revenda		1.048.127,49	1.141.352,75
Estoque em Poder de Terceiros		118.771,89	125.837,10
DESPESAS ANTECIPADAS		2.665.074,58	935.853,22
Despesas Antecipadas a Apropriar	4v	2.665.074,58	935.853,22
RENÚNCIA DE RECEITAS ANTECIPADAS		23.040.126,13	20.424.923,01
Bolsas e Descontos Incondicionais a Apropriar	4x	23.040.126,13	20.424.923,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE		158.421.824,27	146.017.508,24
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	65.724.320,65	56.907.584,03
Mensalidades a Receber - LP	4c	56.379.301,74	46.214.125,70
Titulos de Capitalização		143.311,90	828.546,21
Depósitos Judiciais		57.165,56	42.451,73
FIES a Receber - LP		8.066.902,41	8.066.902,41
Outros Direitos e Valores LP	4p	1.077.639,04	1.755.557,98
INVESTIMENTOS		2.054.109,10	1.197.277,84
Investimentos Diversos	4q	2.054.109,10	1.197.277,84
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	8	1.769.177,31	3.079.846,39
Imobilizações em Andamento		1.769.177,31	3.079.846,39
IMOBILIZADO	4f, 8	88.687.450,72	84.618.977,20
Terrenos		9.890.444,83	8.676.614,23
Prédios		58.845.999,32	53.557.188,24
Acervo Bibliográfico		20.142.080,41	20.094.895,38
Móveis, Máquinas e Instalações		70.748.363,33	68.699.930,94
Equipamentos de Processamento de Dados		14.871.509,07	14.420.710,41
Veículos		1.737.185,41	1.437.497,41
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		25.493.096,79	25.465.921,99
Outras Imobilizações		12.379,35	35.255,03
(-) Depreciações Acumuladas		-113.053.607,79	-107.769.036,43
INTANGÍVEL	4f, 8	186.766,49	213.822,78
Programas de Informática		9.832.662,92	9.753.559,70
Marcas e Patentes		29.752,61	29.752,61
(-) Amortizações Acumuladas		-9.675.649,04	-9.569.489,53

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Reais)			
	N.E.	2025	2024
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		302.610.027,26	264.083.551,88
PASSIVO		249.597.950,11	218.644.383,23
PASSIVO CIRCULANTE	4g, 9	185.258.942,06	150.064.836,49
Salários a Pagar		7.919.661,91	6.250.261,23
Fornecedores a Pagar		4.317.801,42	3.232.442,82
Obrigações Bancárias de Curto Prazo	10	43.611.420,30	35.888.405,62
Provisões Trabalhistas	4j, 4k	13.266.095,84	10.983.009,16
Impostos, Taxas e Contribuições		7.346.788,72	5.719.372,03
Subvenções, Contratos e Convênios a Aplicar (com restrição)	19	16.164.989,30	5.490.711,41
Acordos Judiciais a Pagar	4l	201.063,30	266.426,07
Adiantamentos de Mensalidades	11	4.691.504,18	4.575.608,36
Consignações e Credores Diversos	12	9.208.921,32	9.081.056,80
Outras Obrigações - Cheques a compensar		0,00	2.275,50
Contratos Educacionais a Apropriar	9	78.530.695,77	68.575.267,49
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4g, 13	64.339.008,05	68.579.546,74
Obrigações Bancárias de Longo Prazo	10, 13a	54.030.970,36	57.940.816,59
Receitas Antecipadas	13d	9.513.311,51	9.717.212,66
Provisões para Contingências	4h, 13c	422.302,29	325.470,32
Outras Obrigações de Longo Prazo	13b	372.423,89	596.047,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	53.012.077,15	45.439.168,65
Patrimônio Social		45.439.168,65	43.639.623,19
Superávit do Período	4n, 24	7.572.908,50	1.799.545,46

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (em Reais)			
	N.E.	2025	2024
RECEITA BRUTA		334.525.091,82	308.807.476,42
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	4m	331.327.360,63	305.616.040,54
Receitas de Mensalidades sem Gratuidade	17a	210.105.088,23	190.319.397,96
Receitas de Mensalidades com Gratuidade	17a	64.225.851,98	63.467.729,57
Outras Receitas com Serviços	17	10.182.458,66	8.851.833,67
Outras Receitas com Vendas	17	4.675.730,10	3.333.543,47
Receitas com Doações, Contribuições e Voluntariado Sem Restrição	17	1.663.528,66	1.984.030,77
Receitas com Trabalho Voluntário	18	63.005,60	73.825,68
Receitas com Imunidades de Contribuições Sociais	32	40.411.697,40	37.585.679,42
RECEITAS COM RESTRIÇÃO	4m	3.197.731,19	3.191.435,88
Receitas com Subvenções, Contratos e Convênios Com Restrição	19	3.197.731,19	3.191.435,88
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	4m	-67.324.038,27	-63.318.984,69
(-) Assistência Educacional	33	-35.613.117,14	-36.975.038,77
(-) Descontos Incondicionais	4y	-15.284.924,59	-13.333.443,21
(-) Bolsas Complementares	4r	-12.542.090,05	-12.388.407,09
(-) Outras Deduções	4s	-3.883.906,49	-622.095,62
RECEITA LÍQUIDA		267.201.053,55	245.488.491,73
(-) CUSTOS SEM RESTRIÇÃO	4m	-128.944.925,46	-118.851.815,54
(-) Custos com Serviços Educacionais		-117.808.066,62	-109.125.529,36
(-) Outros Custos com Serviços		-8.773.353,25	-7.710.419,29
(-) Outros Custos com Vendas		-2.363.505,59	-2.015.866,89
(-) CUSTOS COM RESTRIÇÃO	4z	-3.197.731,19	-3.191.435,88
(-) Custos com Subvenções, Contratos e Convênios Com Restrição		-3.197.731,19	-3.191.435,88
SUPERÁVIT BRUTO		135.058.396,90	123.445.240,31
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS - SEM RESTRIÇÃO		-109.790.760,04	-102.992.425,50
(-) Despesas com Pessoal	4m	-40.770.040,48	-37.836.459,38
(-) Despesas Administrativas	4t	-22.637.923,68	-21.355.374,34
(-) Despesas com Amortizações e Depreciações	8	-5.807.766,37	-5.794.938,86
(-) Despesas com Materiais, Manutenções e Conservações		-6.116.245,90	-4.814.063,71
(-) Perdas Estimadas Crédito Liq. Duvidosa - PECLD	4d	-5.056.924,82	-4.111.605,17
(-) Despesas com Imunidade da Contribuição Social	32	-40.411.697,40	-37.585.679,42
(-) Despesas com Trabalho Voluntário	18	-63.005,60	-73.825,68
(-) Outras Despesas Operacionais	4aa	-10.610,83	-8.405,95
(+) Outras Receitas Operacionais	17b	11.083.455,04	8.587.927,01
SUPERÁVIT DO PERÍODO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		25.267.636,86	20.452.814,81
RESULTADO FINANCEIRO	4m	-17.694.728,36	-18.653.269,35
(-) Despesas Financeiras	4u	-29.236.745,42	-26.898.869,40
(+) Receitas Financeiras	17	11.542.017,06	8.245.600,05
SUPERÁVIT DO PERÍODO	4n, 24	7.572.908,50	1.799.545,46

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Reais)			
DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO PERÍODO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo Inicial em 2024	48.988.459,33	-5.348.836,14	43.639.623,19
Superávit do Período	0,00	1.799.545,46	1.799.545,46
Déficit do Período Anterior - Incorporado do Patrimônio Social	-5.348.836,14	5.348.836,14	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Saldo Final em 2024	43.639.623,19	1.799.545,46	45.439.168,65
Saldo Inicial em 2025	43.639.623,19	1.799.545,46	45.439.168,65
Superávit do Período	0,00	7.572.908,50	7.572.908,50
Superávit do Período Anterior - Incorporado do Patrimônio Social	1.799.545,46	-1.799.545,46	0,00
Saldo Final em 2025	45.439.168,65	7.572.908,50	53.012.077,15

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (em Reais)			
01) ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024	
SUPERÁVIT DO PERÍODO	7.572.908,50	1.799.545,46	
Ajustes por:			
Depreciação	5.134.102,40	5.070.058,84	
Amortizações	673.663,97	724.880,02	
Perdas Estimadas Crédito de Liq. Duvidosa - PECLD	5.056.924,82	4.111.605,17	
Reversão Perdas Estimadas Crédito de Liq. Duvidosa - PECLD	-7.633.056,69	-3.551.901,87	
Juros e Encargos Financeiros de Empréstimos	9.216.437,12	6.806.948,66	
SUPERÁVIT LÍQUIDO AJUSTADO	20.020.980,12	14.961.136,28	
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NOS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	-30.377.996,25	-10.685.213,98	
Varição em Mensalidades a Receber	-6.382.541,98	-3.240.643,90	
Varição em FIES a Receber	-813.343,43	-104.993,60	
Varição em Adiantamentos a Receber	-774.552,16	197.833,20	
Varição em Subvenções, Contratos e Convênios a Receber (com restrição)	-8.630.583,42	343,02	
Varição em Outros Créditos a Receber	-504.351,57	-2.178.104,79	
Varição em Estoques	-111.462,59	1.821,42	
Varição em Despesas Antecipadas	-1.729.221,36	-132.654,83	
Varição em Renúncia de Receitas Antecipadas	-2.615.203,12	1.403.248,91	
Varição no Realizável a Longo Prazo	-8.816.736,62	-6.632.063,41	
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NOS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	27.140.398,43	6.692.247,95	
Varição em Salários a Pagar	1.669.400,68	-614.757,88	
Varição em Fornecedores a Pagar	1.085.358,60	76.605,15	
Varição em Provisões Trabalhistas	2.283.086,68	542.638,12	
Varição em Impostos, Taxas e Contribuições	1.627.416,69	-19.777,90	
Varição em Subvenções, Contratos e Convênios a Aplicar (com restrição)	10.674.277,89	3.109.305,56	
Varição em Acordos Judiciais a Pagar	-65.362,77	167.219,95	
Varição em Adiantamento de Mensalidades	115.895,82	834.261,25	
Varição em Consignações e Credores Diversos	127.864,52	2.871.525,19	
Varição em Outras Obrigações	-2.275,50	2.275,50	
Varição em Contratos Educacionais a Apropriar	9.955.428,28	-1.634.885,00	
Varição no Passivo não Circulante	-330.692,46	1.357.838,01	
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.783.382,30	10.968.170,25	
2) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Compras Ativo Imobilizado	-8.472.319,69	-8.283.275,35	
Aquisição de investimentos	-857.250,85	-305.053,86	
Baixas do Imobilizado	12.908,39	451,75	
Baixa de Investimentos	419,59	14.402,19	
Acréscimos do Intangível	-79.103,22	-19.374,90	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-9.395.345,78	-8.592.850,17	
3) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos Obtidos	78.131.480,62	103.301.315,07	
Amortização de Empréstimos	-83.534.749,29	-104.561.155,89	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	-5.403.268,67	-1.259.840,82	
(1+2+3) VARIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.984.767,85	1.115.479,26	
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Período	14.791.037,99	13.675.558,73	
VARIÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	1.984.767,85	1.115.479,26	
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Período	16.775.805,84	14.791.037,99	

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI CONSOLIDADO DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em Reais)			
DESCRIÇÃO	2025	2024	
1 - RECEITA	300.139.924,64	275.698.118,84	
Receitas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Serviços	284.513.398,87	262.638.961,20	
Outras Receitas	20.683.450,59	17.170.762,81	
(-) Perdas Estimadas Crédito Liq. Duvidosa - PECLD	-5.056.924,82	-4.111.605,17	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	50.140.049,22	46.322.149,39	

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA – FURI
MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI
CNPJ – 96.216.841/0001-00
SANTO ÂNGELO – RS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores Expressos em R\$)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA (FURI) é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de educação, conforme o artigo 1º do Estatuto Social, Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob nº 266.176/73, com duração indeterminada, e, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, junto ao Ministério da Educação - MEC, válido até 31/12/2021, com requerimento de renovação deferido através da Portaria nº 1.124 de 23/12/2022, publicada na Seção 1 do DOU de 26/12/2022, exarada nos autos do processo nº 23000.040463/2018-47, que renovou o CEBAS para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021. Encontram-se, ainda, em análise, junto ao MEC, o requerimento de renovação do CEBAS, para o período 01/01/2022 a 31/12/2024, através do processo nº 23000.032539/2021-66, protocolado, de forma tempestiva, em 07/12/2021 e o requerimento de renovação do CEBAS, para o período 01/01/2025 a 31/12/2027, através do processo nº 23000.052761/2024-28, protocolado de forma tempestiva, em 16/12/2024.

Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º do Estatuto Social, manter a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, instituição de ensino superior, com autonomia didático-científica, visando desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis e campos do saber, e outras instituições que ofereçam outros níveis ou modalidades de educação e ensino, nos termos das respectivas legislações fazendo a divulgação científica, técnica e cultural, com fins exclusivamente educativos, podendo realizar todos os serviços e atividade-meio para a consecução dos seus objetivos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas de 2025, comparativas ao ano de 2024, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos às suas elaborações e divulgações. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução Nº 1.374/11 (NBC TG) que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a ITG 2002 - R1 para as Entidades sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas de acordo com as práticas brasileiras, destacando-se o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, comparativos aos valores do exercício de 2024, bem como, Notas Explicativas.

Na data de 17/01/2026, a administração aprovou a autorização para a emissão e entrega das Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, comparativas ao ano de 2024, para a realização da Auditoria Contábil.

NOTA 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Nº 1.330/11 ITG 2000 (R1)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transmitidas e arquivadas eletronicamente através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD).

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

Destacamos como principais práticas contábeis adotadas:

a) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:

Conforme determina a Resolução CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03- (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e/ou equivalente de caixa são compostos pelos seguintes valores em R\$:

DESCRIÇÕES CONTAS	2025	2024	VARIAÇÃO
Caixa	37.108,07	31.829,49	5.278,58
Bancos sem restrição	2.171.268,23	1.674.116,03	497.152,20
Bancos com restrição	282.650,24	36.758,79	245.891,45
Aplicações financeiras sem restrição	7.626.884,27	7.720.806,64	-93.922,37
Aplicações financeiras com restrição	6.657.895,03	5.327.527,04	1.330.367,99
TOTAL	16.775.805,84	14.791.037,99	1.984.767,85

b) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) MENSALIDADES A RECEBER:

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, os quais se encontram demonstrados pelos valores contratados, já excluídos os valores baixados como perdas, conforme o descrito no item “d” desta nota.

d) PERDAS ESTIMADAS CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD:

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.409/12, (ITG 2002 - R1) em seu item 14-a Fundação considerou como perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa, 100% dos créditos com mensalidades, vencidos há mais de 360 dias e 100% dos créditos com cheques, vencidos a mais de 180 dias. A recuperação dos valores de créditos vencidos há mais de 360 dias considerou-se como dedução da referida provisão. No exercício de 2025, o saldo das perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa resultou em R\$ 10.600.367,64 e, em 2024, R\$ 13.176.499,51.

e) ESTOQUES:

Conforme a Resolução Conselho Federal de Contabilidade nº 1.170/09 (NBC TG 16), os estoques foram avaliados pelo custo médio de formação e/ou aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se a materiais de consumo, conservação, manutenção, laboratório, produtos agrícolas, livros e materiais escolares para revenda, até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2025 é de R\$ 3.589.551,50 e de R\$ 3.478.088,91 em 2024. A Entidade está atenta a desvalorização do estoque, o que não aconteceu no período de 2025 e 2024.

f) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:

Os bens integrantes do ativo imobilizado e intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 2025, deduzidos das depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e utilização dos bens, fixadas por espécie de bens, conforme Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27 - R4. A Entidade está atenta a revisão da vida útil, entendendo que as taxas de depreciações estão de acordo com a vida útil de seus bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE:

Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Os passivos circulantes e não circulantes estão registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES:

As provisões foram reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões foram registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) PRAZOS:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte foram classificados como circulantes.

j) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

k) PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

l) ACORDOS JUDICIAIS A PAGAR:

Refere-se a valores dos acordos trabalhistas a pagar, oriundos de demandas judiciais junto a Justiça do Trabalho.

m) RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS:

As receitas, custos e despesas foram apropriadas obedecendo o Princípio/Regime de Competência.

n) APURAÇÃO DO RESULTADO:

O resultado foi apurado segundo o Princípio/Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo acordado em contrato e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

De 2024 para 2025, o resultado consolidado melhorou principalmente pelo crescimento da receita líquida, em especial das mensalidades, e do aumento de outras receitas operacionais. Em contrapartida, houve pressão relevante de custos educacionais, despesas com pessoal, despesas administrativas, manutenção, deduções da receita e perdas com crédito, o que reduziu parte do ganho operacional. Ainda assim, o crescimento das receitas superou essas pressões e elevou o superávit do período.

o) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente

p) OUTROS DIREITOS E VALORES:

Referem-se aos valores de Despesas a Apropriar Longo prazo, e de Créditos Educativos Pravalor a receber no Longo Prazo.

q) INVESTIMENTOS DIVERSOS:

Referem-se aos valores investidos em ações em outras empresas, e cotas de capital junto as cooperativas de Crédito, Sicredi, Unicred, Cresol, Sicoob, Credisul e Unicred.

r) BOLSAS COMPLEMENTARES:

As bolsas complementares são auxílios financeiros concedidos aos estudantes regularmente matriculados, com o intuito de cobrir parte das despesas educacionais não contempladas por outras formas de assistência estudantil, conforme previsto em resoluções internas da Instituição.

s) OUTRAS DEDUÇÕES:

Esse grupo representa os cancelamentos de contratos solicitados pelos alunos, além de deduções e cancelamentos de vendas de mercadorias.

t) DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

As despesas administrativas são aquelas relacionadas ao suporte operacional da empresa, abrangendo custos serviços terceirizados, limpeza, vigilância, despesas com aluguéis, publicidades e eventos que contribuam para a administração da Instituição.

u) DESPESAS FINANCEIRAS:

As despesas financeiras registradas no período referem-se principalmente a:

- **Juros sobre empréstimos e financiamentos:** Pagamentos de juros relacionados a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras.
- **Despesas bancárias:** Taxas cobradas por serviços bancários, como tarifas de manutenção de conta, emissão de boletos e outras operações financeiras.
- **Custo Fies e taxas pravalor:** É o custo do financiamento para os alunos do ensino superior.
- **Descontos concedidos:** Reduções aplicadas em títulos a receber antecipados junto a instituições financeiras.
- **Juros sobre outros passivos:** Custos adicionais, como multas e juros sobre pagamentos em atraso.

Contas	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Descontos concedidos	5.384.603,63	6.984.362,22
Juros sobre financiamentos	17.431.896,91	14.764.458,09
Despesas bancárias	1.109.454,90	772.050,59
Despesas com multas	12.344,38	-
Custeio FIES	4.238.775,58	3.728.701,78
Taxas de administração pravalor	213.471,17	151.384,10
Juros sobre outros passivos	846.198,85	497.912,62
Total	29.236.745,42	26.898.869,40

v) DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR:

As despesas antecipadas a apropriar referem-se a valores pagos antecipadamente pela Entidade, cujos benefícios econômicos serão reconhecidos no resultado ao longo do tempo, em conformidade com o regime de competência.

As principais naturezas dessas despesas incluem, entre outras, seguros, contratos, licenças, assinaturas e demais serviços contratados antecipadamente.

x) RENÚNCIA DE RECEITAS ANTECIPADAS:

A Entidade registra como renúncia de receitas antecipadas os valores correspondentes a gratuidades, bolsas de estudo, descontos e demais benefícios concedidos previamente ao reconhecimento da receita.

Esses valores referem-se, substancialmente, a benefícios concedidos a alunos vinculados ao período letivo de 2026, cujas matrículas foram efetuadas no exercício de 2025.

A renúncia é reconhecida como dedução da receita no mesmo período em que as receitas correspondentes são apropriadas, em conformidade com o regime de competência.

y) DESCONTOS INCONDICIONAIS:

Os descontos incondicionais referem-se a reduções concedidas pela Entidade sobre o valor das mensalidades. Tais valores são reconhecidos como dedução da receita bruta no momento do reconhecimento da respectiva receita, em conformidade com o regime de competência.

Esses descontos decorrem, substancialmente, de políticas institucionais de captação, incentivo e permanência de alunos.

z) CUSTOS COM RESTRIÇÃO:

Os custos com restrição referem-se a gastos vinculados a recursos cuja aplicação está condicionada a finalidades específicas, conforme estabelecido em contratos, convênios, termos de parceria ou pela própria natureza da receita que os originou.

aa) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

As outras despesas operacionais referem-se a gastos incorridos pela Entidade que não se enquadram nas classificações específicas de custos dos serviços prestados, despesas com pessoal ou despesas administrativas.

NOTA 5. MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Não houve mudanças de estimativas contábeis no exercício de 2025 e 2024, na Instituição. Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 NBC TG 27 - R4, a Entidade acompanha suas taxas de depreciação e amortização de acordo com a vida útil.

A Entidade está atenta a revisão da vida útil, entendendo que as taxas de depreciação estão de acordo com a vida útil de seus bens.

NOTA 6. OUTROS RECEBÍVEIS DE CLIENTES E GOVERNO

Estas rubricas registram os valores a receber advindos de créditos de Serviços Prestados a Terceiros e Subvenções, Contratos e Convênios (com restrição) a receber.

COMPOSIÇÃO	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Créditos de Serviços prestados a terceiros	5.797.587,41	5.293.087,14
Subvenções, Contratos e Convênios (com restrição)	8.630.434,72	-
Total	14.428.022,13	5.293.087,14

NOTA 7. ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo é composto por valores a receber e a resgatar, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

NOTA 8. ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO, IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO), INTANGÍVEIS E INVESTIMENTO

Os ativos Imobilizados e Intangíveis foram contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Deliberação CVM nº. 583/2009, revogado pela Resolução CVM 73/2022; Deliberação CVM nº 644/2010, revogado pela Resolução CVM 93/2022, Resolução do CFC nº 1.177/2009 NBC TG 27 - R4 e Resolução do CFC nº. 1.330/10 (ITG 2000).

A entidade está atenta a revisão da vida útil, entendendo que as taxas de depreciação estão de acordo com a vida útil de seus bens.

Tabela Demonstrativa do Imobilizado em 31/12/2025

Descrição	31/12/2024 (R\$)	DEPRECIACÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	BAIXAS/TRANSF (R\$)	31/12/2025 (R\$)
Terrenos	8.676.614,23	-	1.213.830,60	-	9.890.444,83
Prédios	53.557.188,24	-	110.897,00	5.177.914,08	58.845.999,32
(-) Deprec. Prédios	- 17.824.504,69	859.864,17	-	-	- 18.684.368,86
Biblioteca	20.094.895,38	-	127.524,56	80.339,53	20.142.080,41
(-) Deprec. Biblioteca	- 18.407.630,85	439.127,84	-	80.339,52	- 18.766.419,17
Móveis Utens. Máquinas e Instalações	68.699.930,94	-	2.207.699,15	159.266,76	70.748.363,33
(-) Deprec. Móveis Utens. Máquinas e Instalações	- 51.423.196,17	3.145.640,06	-	166.228,28	- 54.402.607,95
Equipamentos de Processamento de Dados	14.420.710,41	-	524.197,58	73.398,92	14.871.509,07
(-) Deprec. De Equipamentos de Processamento de Dados	- 12.484.977,81	566.072,64	-	72.860,47	- 12.978.189,98
Veículos	1.437.497,41	-	381.970,00	82.282,00	1.737.185,41
(-) Deprec. Veículos	- 826.520,59	122.572,37	-	82.282,00	- 866.810,96
Prédios, Benf. e Instalações em Imóveis de Terceiros	25.465.921,99	-	27.174,80	-	25.493.096,79
(-) Deprec. Prédios, Benf. E Instalações Em Imóveis de Terc	- 6.786.851,97	568.325,62	-	-	- 7.355.177,59
Outras Imobilizações	35.255,03	-	-	-	12.379,35
(-) Depreciações Outras Imobilizações	- 15.354,35	4,16	-	15.325,23	- 33,28
Imobilizado em Andamento	3.079.846,39	-	3.879.026,00	5.189.695,08	1.769.177,31
IMOBILIZADO LÍQUIDO	87.698.823,59	-5.701.606,86	8.472.319,69	-12.908,39	90.456.628,03

Tabela Demonstrativa do Intangível em 31/12/2025

Descrição	31/12/2024(R\$)	AMORTIZAÇÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	31/12/2025(R\$)
Softwares	3.776.434,32	-	79.103,22	3.855.537,54
Sistema ERP Totvs	5.977.125,38	-	-	5.997.125,38
Marcas e patentes	29.752,61	-	-	29.752,61
(-) Amortização Acumulada Intangível	9.569.489,53	-106.159,51	-	-9.675.649,04
INTANGÍVEL LÍQUIDO	213.822,78	-106.159,51	79.103,22	186.766,49

Tabela Demonstrativa de Investimento em 31/12/2025

INVESTIMENTOS	31/12/2024 (R\$)	AQUISIÇÕES (R\$)	BAIXAS (R\$)	31/12/2025 (R\$)
Ações em Outras Empresas	67.955,77	2.476,01	-	70.431,78
Cota Capital Cooperativa Sicredi	559.492,90	100.451,87	419,59	659.525,18
Cota Capital Cooperativa Uniced	169.252,05	18.526,53	-	187.778,58
Cota Capital Cooperativa Cresol	82.083,00	23.891,00	-	105.974,00
Cota Capital Cooperativa Sicoob	210.254,14	25.726,48	-	235.980,62
Cota Capital Credisul	4.983,00	132,00	-	5.115,00
Cota Capital Sicoob Crediauc	103.256,98	13.631,14	-	116.888,12
Aquisição de Ativos Futuros	-	672.415,82	-	672.415,82
INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	1.197.277,84	857.250,85	- 419,59	2.054.109,10

Tabela Demonstrativa do Imobilizado em 31/12/2024

Descrição	31/12/2023 (R\$)	DEPRECIACÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	BAIXAS/TRANSF (R\$)	31/12/2024 (R\$)
Terrenos	8.676.614,23	-	-	-	8.676.614,23
	53.028.385,78	-	29.720,00	499.082,46	53.557.188,24
(-) Deprec. Prédios	- 17.006.204,00	818.300,69	-	-	- 17.824.504,69
Biblioteca	19.965.047,75	-	129.847,63	-	20.094.895,38
(-) Deprec. Biblioteca	- 17.880.771,94	526.858,91	-	-	- 18.407.630,85
Móveis Utens. Máquinas e Instalações	62.342.746,82	-	3.002.915,91	3.354.268,21	68.699.930,94
(-) Deprec. Móveis Utens. Máquinas e Instalações	- 48.286.413,40	3.142.343,72	-	5.560,95	- 51.423.196,17
Equipamentos de Processamento de Dados	13.700.859,94	-	726.511,32	- 6.660,85	14.420.710,41
(-) Deprec. De Equipamentos de Processamento de Dados	- 11.968.813,17	524.900,49	-	8.735,85	- 12.484.977,81
Veículos	1.199.214,57	-	465.543,06	- 227.260,22	1.437.497,41
(-) Deprec. Veículos	- 997.924,58	55.856,23	-	227.260,22	- 826.520,59
Prédios, Benf. e Instalações em Imóveis de Terceiros	24.705.890,92	-	-	760.031,07	25.465.921,99
(-) Deprec. Prédios, Benf. E Instalações Em Imóveis de Terc.	- 6.242.149,29	544.702,68	-	-	- 6.786.851,97
Outras Imobilizações	35.255,03	-	-	-	35.255,03
(-) Depreciações Outras Imobilizações	- 14.376,71	977,64	-	-	- 15.354,35
Imobilizado em Andamento	3.772.578,40	-	3.928.737,43	- 4.621.469,44	3.079.846,39
IMOBILIZADO LÍQUIDO	85.029.940,35	-5.613.940,36	8.283.275,35	-451,75	87.698.823,59

Tabela Demonstrativa do Intangível em 31/12/2024

Descrição	31/12/2023 (R\$)	AMORTIZAÇÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	31/12/2024 (R\$)
Softwares	3.776.434,32	-	19.374,90	3.757.059,42
Sistema ERP Totvs	5.977.125,38	-	-	5.977.125,38
Marcas e patentes	29.752,61	-	-	29.752,61
(-) Amortização Acumulada Intangível	- 9.569.489,53	- 180.998,50	-	- 9.388.491,03
INTANGÍVEL LÍQUIDO	213.822,78	- 180.998,50	19.374,90	375.446,38

Tabela Demonstrativa de Investimento em 31/12/2024

INVESTIMENTOS	31/12/2023 (R\$)	AQUISIÇÕES (R\$)	BAIXAS (R\$)	31/12/2024 (R\$)
Ações em Outras Empresa	65.830,37	2.225,40	100,00	67.955,77
Cota Capital Cooperativa Sicredi	405.630,54	168.264,55	14.402,19	559.492,90
Cota Capital Cooperativa Uniced	159.272,39	9.979,66	-	169.252,05
Cota Capital Cooperativa Cresol	66.552,00	15.531,00	-	82.083,00
Cota Capital Cooperativa Sicoob	206.346,87	18.810,18	14.902,91	210.254,14
Cota Capital Credisul	2.994,00	1.989,00	-	4.983,00
Cota Capital Sicoob Crediauc	103.256,98	13.631,14	-	116.888,12
INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	906.626,17	320.056,77	- 29.405,10	1.197.277,84

NOTA 9. PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal e representa o saldo de obrigações trabalhistas, sociais, adiantamento de mensalidades, fornecedores, obrigações bancárias, subvenções, contratos e convênios a aplicar (com restrição), Acordos Judiciais, Consignações e Credores Diversos, contratos educacionais a apropriar (contratos firmados no ano de 2025, porém, com competência de 2026) e outras obrigações – (Cheques a Compensar). Essas obrigações têm seu prazo de vencimento até o término do exercício seguinte.

NOTA 10. OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS

Financiamentos contraídos em moeda nacional, destinada à aquisição de ativo fixo ou capital de giro, segundo os bancos, valores e taxas abaixo:

TABELA DE ENDIVIDAMENTO 2025

Credor	Tipo de Operação	Data de Contratação	Valor Contratado	Juros (%)	Data de Vcto final	Saldo Devedor (R\$)	Circulante (R\$)	Longo prazo (R\$)
Banco do Brasil	Crédito Rotativo	07/03/2023	2.400.000,00	0,45%a.m.	24/06/2025	2.070.000,00	2.070.000,00	-
Banco do Brasil	Capital de Giro	08/01/2024	7.200.000,00	2,05%a.m.	26/02/2029	7.506.280,92	2.309.624,90	5.196.656,02
Banco do Brasil	Limite	12/01/2025	21.472,46	1,49%a.m.	31/12/2025	21.472,46	21.472,46	-
Banco do Brasil	Capital de Giro	30/04/2019	700.000,00	0,50%a.m.	20/04/2025	700.000,00	700.000,00	-
Banco do Brasil	Capital de Giro Parcelado	04/08/2023	1.500.000,00	0,50%a.m.	10/07/2026	370.170,48	370.170,48	-
Banco do Brasil	Capital de Giro Parcelado	12/03/2024	1.200.000,00	2,06%a.m.	15/03/2027	503.409,18	402.727,34	100.681,84
Banrisul	Capital de Giro	08/03/2023	2.400.000,00	0,55%a.m.	11/10/2027	1.170.440,40	614.313,27	556.127,13
Banrisul	Capital de Giro	17/12/2025	2.000.000,00	0,34%a.m.	20/02/2026	2.015.617,95	2.015.617,95	-
Banrisul	Capital de Giro	18/09/2025	800.000,00	0,35%a.m.	02/10/2026	846.234,84	846.234,84	-
Banrisul	Capital de Giro	29/08/2024	500.000,00	1,24%a.m.	05/03/2029	500.000,00	500.000,00	-
Banrisul	Capital de Giro Rotativo	17/09/2024	2.000.000,00	0,40%a.m.	23/08/2029	1.391.967,34	-	1.391.967,34
Bradesco	Capital de Giro Parcelado	17/10/2025	8.161.344,53	1,60%a.m.	21/10/2030	8.417.879,37	350.744,98	8.067.134,39
Caixa Federal	Crédito Bancário	13/12/2023	6.000.000,00	0,46%a.m.	13/12/2027	4.186.047,60	1.714.285,68	2.471.761,92
Caixa Federal	Crédito Bancário	03/08/2024	2.000.000,00	0,34%a.m.	03/08/2028	1.411.660,72	571.428,60	840.232,12
Caixa Federal	Capital de Giro	12/12/2024	2.000.000,00	1,44%a.m.	12/12/2028	1.793.878,13	571.428,57	1.222.449,56
Cresol	Crédito Bancário	06/05/2025	1.000.000,00	0,45%a.m.	26/10/2029	1.065.339,24	249.999,96	815.339,28
Finep	Investimento	11/08/2021	5.567.397,78	0,46%a.m.	15/09/2031	4.807.763,38	836.132,76	3.971.630,62
Itaú	Crédito Rotativo	18/12/2025	1.500.000,00	1,96%a.m.	-	1.495.500,00	1.495.500,00	-
Safra	Crédito Bancário	09/05/2023	1.150.000,00	0,45%a.m.	11/05/2026	191.666,75	191.666,75	-
Safra	Crédito Bancário	29/11/2023	1.100.000,00	0,80%a.m.	30/11/2026	403.333,46	403.333,46	-
Safra	Crédito Bancário	16/09/2024	1.100.000,00	0,45%a.m.	16/09/2027	770.000,06	439.999,94	330.000,12
Safra	Crédito Bancário	29/11/2024	1.540.000,00	0,36%a.m.	29/11/2028	1.283.334,04	439.999,26	843.334,78
Safra	Crédito Bancário	29/11/2024	600.000,00	1,59%a.m.	29/11/2028	499.970,03	171.428,52	328.541,51
Safra	Crédito Bancário	04/10/2025	2.200.000,00	1,65%a.m.	04/10/2028	2.053.333,34	879.999,96	1.173.333,38
Safra	Crédito Bancário	27/10/2025	2.200.000,00	0,37%a.m.	27/10/2028	2.200.000,00	879.999,96	1.320.000,04
Santander	Capital de Giro	26/06/2023	1.205.900,00	0,20%a.m.	26/06/2026	241.751,86	241.751,86	-
Santander	Crédito Rotativo	-	400.000,00	0,30%a.m.	-	32.090,62	32.090,62	-
Santander	Crédito Bancário	29/11/2025	3.000.000,00	0,30%a.m.	27/12/2026	1.675.764,25	1.645.887,10	29.877,15
Santander	Capital de Giro	27/05/2024	1.000.000,00	0,30%a.m.	06/05/2026	333.333,28	333.333,28	-
Santander	Limite	12/01/2025	87.765,20	0,40%a.m.	31/12/2025	87.765,20	87.765,20	-
Santander	Capital de Giro	18/12/2024	400.000,00	0,49%a.m.	18/06/2025	449.961,10	449.961,10	-
Santander	Capital de Giro	21/11/2024	500.000,00	1,81%a.m.	26/05/2025	553.008,65	553.008,65	-
Santander	Capital de Giro	12/10/2024	400.000,00	0,65%a.m.	18/06/2025	438.179,11	438.179,11	-
Santander	Finame	30/11/2022	3.260.000,00	0,40%a.m.	30/11/2029	2.396.613,87	611.901,41	1.784.712,46
Sicoob	Capital de Giro	08/01/2025	500.000,00	0,50%a.m.	15/08/2030	481.354,57	100.000,00	381.354,57
Sicoob Crediauc	Capital de Giro Rotativo	06/06/2025	4.000.000,00	0,70%a.m.	10/06/2026	100.000,00	100.000,00	-
Sicoob Crediauc	Capital de Giro Parcelado	29/11/2024	4.000.000,00	0,50%a.m.	27/11/2028	2.922.949,85	1.002.154,23	1.920.795,62
Sicoob Crediauc	Cota Capital Parcelado	28/06/2024	100.000,00	11,90%a.m.	20/06/2031	86.129,76	15.659,96	70.469,80
Sicoob Transcredi	Cota Capital Parcelado	30/06/2023	100.000,00	8,90%a.m.	12/07/2027	39.917,97	26.611,98	13.305,99
Sicoob Transcredi	Capital de Giro Parcelado	11/03/2025	3.500.000,00	14,80%a.m.	12/03/2026	882.301,92	882.301,92	-
Sicredi	Capital de Giro	-	1.000.000,00	16,90%a.m.	-	716.751,94	716.751,94	-
Sicredi	Capital de Giro	01/04/2021	7.800.000,00	2,71%a.m.	15/01/2031	4.535.298,51	780.000,00	3.755.298,51
Sicredi	Capital de Giro	26/06/2024	1.330.000,00	0,93%a.m.	10/05/2034	1.531.368,90	147.777,72	1.383.591,18
Sicredi	Crédito Bancário	27/10/2025	500.000,00	2,02%a.m.	25/10/2026	460.731,40	460.731,40	-
Sicredi	SPV	02/05/2022	3.977.598,47	0,49%a.m.	10/10/2029	2.224.633,36	678.642,84	1.545.990,52
Sicredi	Limite	12/01/2025	49.696,00	3,09%a.m.	31/12/2025	49.696,00	49.696,00	-
Sicredi	Capital de Giro	03/11/2025	350.000,00	0,35% a.m.	10/11/2026	356.788,67	356.788,67	-
Sicredi	Capital de Giro Rotativo	14/03/2018	3.500.000,00	0,39% a.m.	02/02/2026	3.383.488,62	3.383.488,62	-
Sicredi	Capital de Giro Rotativo	05/09/2018	850.000,00	1,39% a.m.	20/08/2026	325.708,66	325.708,66	-
Sicredi	Capital de Giro Rotativo	21/10/2021	1.000.000,00	1,29% a.m.	24/09/2026	210.722,84	210.722,84	-
Sicredi	Capital de Giro Parcelado	20/10/2025	4.000.000,00	0,35%a.m.	15/10/2027	3.666.849,74	2.000.099,86	1.666.749,88
Sicredi	Capital de Giro Rotativo	14/09/2021	600.000,00	0,35%a.m.	24/02/2026	7.375,89	7.375,89	-
Sicredi	Capital de Giro Parcelado	15/05/2023	5.000.000,00	0,35%a.m.	15/05/2028	2.685.452,72	1.111.221,82	1.574.230,90
Sicredi	Cota Capital Parcelado	09/08/2024	100.000,00	0,25%a.m.	15/09/2029	75.090,01	20.024,00	55.066,01
Sicredi	Capital de Giro Parcelado	08/11/2024	3.000.000,00	0,35%a.m.	15/11/2026	1.375.024,41	1.375.024,41	-
Sicredi	Capital de Giro	05/10/2017	800.000,00	0,35%a.m.	10/02/2028	332.553,73	153.486,34	179.067,39
Sicredi	Emprést							

NOTA 16. AJUSTE VALOR PRESENTE

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação, descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas, elementos dos ativos e passivos não circulantes não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC 1.151/09 que aprova a NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma.

NOTA 17. RECEITAS

Em atendimento a NBC TG 47, as receitas da Fundação oriundas das atividades fim de prestação de serviços educacionais, conforme art. 3º do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional determinada pela Lei nº 9.870/99 e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais.

Outras receitas, fins e sustentáveis, conforme art. 2º do Estatuto Social também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

As atividades meio sustentáveis possuem previsão no art. 2º de seu Estatuto Social, e para que a Fundação faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e na Lei Complementar N° 187 de 16 de dezembro de 2021, a mesma cumpre os requisitos abaixo:

As atividades meio sustentáveis possuem previsão estatutária;

O Estatuto Social indica que os recursos obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins.

a) RECEITAS EDUCACIONAIS:

Descrição	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Graduação Presencial	211.315.719,59	199.322.488,51
Graduação à Distância e Semipresencial	5.134.444,44	4.678.652,66
Escola Básica	48.717.507,52	40.919.436,47
Pós-Graduação	9.163.268,66	8.866.549,89
Total	274.330.940,21	253.787.127,53

b) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

As Outras Receitas Operacionais referem-se a ingressos financeiros que não se enquadram diretamente na receita principal da instituição (mensalidades, anuidades e taxas educacionais), mas que contribuem para a sustentabilidade financeira da entidade. É composta pelas contas de aluguéis recebidos, mensalidades recuperadas, receitas de serviços administrativos, receitas com eventos escolares, reversão de perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa – PECLD, doações, contribuições recebidas e indenizações recebidas.

Quadro comparativo Outras Receitas Operacionais

Descrição	(R\$) 2025	(R\$) 2024
Aluguéis Recebidos	845.774,97	853.432,55
Indenizações de Seguros	88.151,16	44.283,86
Mensalidades Recuperadas	857.351,19	846.015,64
Outros Créditos Recuperados	144.528,11	90.994,03
Receitas com Indenizações Trabalhistas	44.165,61	1.443,56
Serviços Administrativos	1.071.643,00	1.599.904,00
Patrocínios	111.650,20	255.991,29
Receitas com Feiras /eventos	145.178,08	101.809,71
Receita de Reversão Provisão Devedores Duvidosos	7.633.056,69	3.551.901,87
Receita de Reversão de Processos Trabalhistas	120.905,60	-
Acertos de estoques/quebra de caixa	5.573,34	6.434,93
Créditos Não Identificados	15.477,09	7.182,29
Recuperação de Despesas Manutenção Reitoria	-	1.088.533,28
Receita com Vendas de Imobilizado	-	140.000,00
Total	11.083.455,04	8.587.927,01

NOTA 18. RECEITAS COM TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, item 19, o trabalho voluntário, é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

NOTA 19. RECEITAS COM SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS E COM RESTRIÇÃO

As subvenções são recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades.

ÓRGÃO	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	PESSOAL PRÓPRIO	SERVIÇOS DE TERCEIROS	OUTRAS (*)	TOTAL
FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	689.149,53	689.149,53
ESTADUAL	42.834,07	0,00	233.486,02	104.250,51	185.641,04	566.211,64
MUNICIPAL	0,00	0,00	1.319.237,97	77.631,99	545.500,06	1.942.370,02
TOTAL 2025	42.834,07	0,00	1.552.723,99	181.882,50	1.420.290,63	3.197.731,19
TOTAL 2024	558.665,73	136.620,00	1.459.404,39	120.054,87	916.690,89	3.191.435,88

(*) A aplicação de recursos lançados na rubrica OUTRAS, refere-se a despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, material de expediente e divulgação, locação de salas, despesas bancárias e material esportivo, todas previstas nos respectivos projetos executados.

Conforme determina a Resolução CFC 1.305/10, NBC TG 07 - R2, nos itens 24 e 28, da apresentação da subvenção no balanço patrimonial, a Instituição demonstrou a subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários ao valor justo e apresentado no balanço patrimonial em conta do passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.

ATIVO	VALORES (em R\$)	
	2025	2024
Bancos (com restrição)	282.650,24	36.758,79
Aplicação de liquidez imediata (com restrição)	6.657.895,03	5.327.527,04
Convênios e Subvenções	8.630.434,72	-
TOTAL	15.570.979,99	5.364.285,83

PASSIVO	VALORES (em R\$)	
	2025	2024
Recursos de Projetos a Aplicar (com restrição)	16.164.989,30	5.364.285,83
TOTAL	16.164.989,30	5.364.285,83

NOTA 11. ADIANTAMENTO DE MENSALIDADES

A conta Adiantamento de Mensalidades, referem-se ao ano letivo de 2026 e de valores recebidos a maior, devido a concessão retroativa de bolsas e/ou financiamentos aos alunos, que serão compensados ou devolvidos no exercício seguinte.

NOTA 12. CONSIGNAÇÕES E CREDORES DIVERSOS

Valores descontados da folha de pagamento de funcionários, relativos a convênios, empréstimos consignados e outros, com obrigação de repasse aos respectivos credores. Também fazem parte deste grupo outras obrigações com credores eventuais.

NOTA 13. PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Este grupo está composto por obrigações, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente e estão assim discriminadas:

a) OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS:

As obrigações com instituições financeiras de longo prazo (não circulante) perfazem o total de R\$ 54.030.970,36, em 2025 e de R\$ 57.940.816,59 no encerramento das demonstrações contábeis 2024.

b) OUTRAS OBRIGAÇÕES:

Refere-se a outras obrigações contraídas pela Entidade, como Plano de demissão incentivada, acordos trabalhistas e processos judiciais, com prazos superiores ao exercício seguinte.

c) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Em conformidade com o que determina a Resolução CFC nº 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 (R2), a Entidade possui os seguintes processos trabalhistas prováveis, sendo que constitui provisão contábil para tais valores:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS		
Nº PROCESSO TRABALHISTAS	2025 VALOR (em R\$)	2024 VALOR (em R\$)
0020194-56.2024.5.04.0741	373.302,29	
0020194-56.2024.5.04.0741		125.302,94
0020732-37.2024.5.04.0741		175.905,60
TOTAL	373.302,29	301.208,54
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS		
Nº PROCESSO CÍVEL	2025 VALOR (em R\$)	2024 VALOR (em R\$)
034/1.13.0001496-9	49.000,00	
034/1.13.0001496-9		24.261,78
TOTAL	49.000,00	24.261,78
TOTAL AÇÕES TRABALHISTAS	373.302,29	301.208,54
TOTAL AÇÕES CÍVEIS	49.000,00	24.261,78
TOTAL GERAL	422.302,29	325.470,32

Conforme posicionamento jurídico, a Instituição possui as seguintes ações trabalhistas e Cíveis com status possíveis de perda:

CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS COM POSSIBILIDADE DE PERDA		
Nº PROCESSO TRABALHISTAS	2025 VALOR (em R\$)	2024 VALOR (em R\$)
0020062-20.2024.5.04.0831		34.102,58
0020928-92.2024.5.04.0551		60.000,00
0020038-14.2022.5.04.0523		115.529,00
0020375-32.2024.5.04.0523		19.962,09
0020475-58.2022.5.04.0522	509.735,92	509.735,92
0020475-55.2022.5.04.0523		181.618,84
0020047-74.2025.5.04.0521	32.550,00	
0020125-62.2025.5.04.0523	6.936,89	
0020126-47.2025.5.04.0523	3.440,56	
0020367-21.2025.5.04.0523	1.186,68	
0020898-13.2025.5.04.0522	122.100,00	
TOTAL	675.950,05	920.948,43
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS COM POSSIBILIDADE DE PERDA		
Nº PROCESSO CÍVEL	2025 VALOR (em R\$)	2024 VALOR (em R\$)
5000240-14.2020.8.21.0107		37.620,00
064/1.19.0000613-0		20.429,70
5002255-46.2024.8.21.0064		25.000,00
5002126-73.2019.8.21.0013		12.000,00
5014250-15.2024.8.21.0013		23.246,92
5000917-35.2022.8.21.0152		10.000,00
5000839-73.2024.4.04.7202		840.000,00
5000043-85.2024.4.04.7104		840.000,00
1005856-39.2023.4.01.3400		739.278,96
5025851-18.2024.8.21.0013	10.000,00	
5012757-03.2024.8.21.0013	9.979,52	
5014250-15.2024.8.21.0013	3.500,00	
5000917-35.2022.8.21.0152	10.303,13	
5001912-10.2025.4.04.7117	4.199,78	
TOTAL	37.982,43	2.547.575,58
TOTAL AÇÕES TRABALHISTAS	675.950,05	920.948,43
TOTAL AÇÕES CÍVEIS	37.982,43	2.527.145,88
TOTAL GERAL	713.932,48	3.448.094,31

d) RECEITAS ANTECIPADAS:

Os valores representados decorrem de:

- Juros sobre negociações;

- Bens recebidos em doação de entidades governamentais, provenientes de convênios, que serão reconhecidos como receitas na medida do reconhecimento do valor de suas depreciações, segundo determina a Resolução nº 1.305/10 NBC TG 07 - R2.

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social no valor de R\$ 45.439.168,65 acrescido do Superávit do período no valor de R\$ 7.572.908,50 perfazendo um total de R\$ 53.012.077,15.

NOTA 15. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO

Entidade contratou a empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda para uma revisão no valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Deliberação da CVM nº 639/10, revogada pela Resolução CVM 90/2022, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10 que aprova NBC TG 01 - R4.

A Empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de receita, caixa, crescimento e retorno de investimentos dos últimos quatro exercícios sociais, ou seja, 2014, 2015, 2016 e 2017, mais o exercício de 2018 e projeções para os exercícios futuros.

Com isso, segue a conclusão, da empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda.: "Avaliando as informações acima, chegamos à conclusão de que a geração estimada de caixa é momentaneamente suficiente para remunerar os ativos da entidade, tendo em vista os resultados positivos registrados nos relatórios financeiros. Neste sentido, podemos concluir que não foram encontradas evidências conclusivas da necessidade de constituição de Impairment, ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais".

A Entidade está atenta a revisão da vida útil, entendendo que as taxas de depreciação estão de acordo com a vida útil de seus bens.

NOTA 20. APLICAÇÃO EM DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com o art.12 letra "c" da Instrução Normativa nº 113/98 da RFB, alterada pela Instrução Normativa nº 133/98 da RFB as instituições imunes, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem finalidade lucrativa, devem observar, ainda, os seguintes requisitos:

c) a destinação, para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluídos os encargos e benefícios sociais, de pelo menos sessenta por cento da receita das mensalidades escolares proveniente da instituição mantida.

§ 1º Para efeito do limite mínimo de destinação da receita a que se refere o inciso III, alínea "c", a receita das mensalidades escolares deve ser considerada pelo valor efetivamente auferido, não computados os valores correspondentes às reduções e aos descontos ou bolsas de estudo concedidas.

A seguir, a tabela da demonstração das receitas efetivamente auferidas e a aplicação em despesas com pessoal no ano de 2025, comparadas ao ano de 2024:

Contas contábeis	2025 (em R\$)	2024 (em R\$)
Receita Mensalidade Graduação Presencial	211.315.719,59	199.204.169,21
Receita Mensalidade Graduação à Distância e Semipresencial	5.134.444,44	4.678.652,66
Receita Mensalidade Pós-Graduação	9.163.268,66	8.866.549,89
Receita Mensalidade Educação Básica	48.717.507,52	40.919.436,47
Outras receitas de ensino	1.698.433,22	8.645.905,54
(-) Assistência Educacional (Bolsas Prouni e Próprias) Graduação Presencial	-27.418.830,78	-29.553.771,95
(-) Assistência Educacional (Bolsas Prouni e Próprias) Graduação à Distância e Semipresencial	-861.258,30	-631.872,34
(-) Assistência Educacional (Bolsas Próprias) Educação Básica	-7.333.028,06	-6.782.782,56
(-) Descontos Incondicionais	-15.284.924,59	-13.333.443,21
(-) Bolsas Complementares	-12.623.027,73	-12.462.975,08
(-) Devolução ou Cancelamento de Mensalidades	-585.236,16	-378.531,19
(-) Bolsas Dissídio	-5.681.514,50	-4.731.511,30
(-) Desconto Adimplemento	-3.014.145,81	-6.915.550,34
(-) Descontos Financeiros	-4.563.706,66	187.524.275,80
Receitas Efetivamente Auferidas	198.663.700,84	136.050.516,05
Aplicação em despesas com pessoal	151.587.221,14	199.204.169,21
% efetivamente aplicado em despesas com pessoal	76,30%	72,55%

NOTA 21. CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

Em 2025/2024, a instituição investiu os seguintes valores em capacitação do seu quadro funcional.

ANO	TOTAL (R\$)
2025	961.424,44
2024	898.631,01

NOTA 22. APLICAÇÕES EM PESQUISA

Em 2025/2024, a instituição investiu os seguintes valores em conformidade a Resolução 2215/CUN/2016, das receitas de Pós-graduação e Graduação.

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)	%
TOTAL 2025	223.848.672,11	3.271.505,23	1,46%
TOTAL 2024	210.585.539,87	2.497.234,73	1,19%

NOTA 23. APLICAÇÃO EM EXTENSÃO

Em 2025/2024 a Instituição aplicou os seguintes valores das Receitas de Graduação, em conformidade com a Resolução 524/CUN/03.

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)	%
TOTAL 2025	211.723.691,89	4.064.260,85	1,92%
TOTAL 2024	201.718.989,98	3.373.790,19	1,67%

NOTA 24. RESULTADO DO PERÍODO

O Superávit do período 2025 no valor de R\$ 7.572.908,50 (em 2024 superávit de R\$ 1.799.545,46) será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - R1 em especial no seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do período deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

A melhora do resultado no exercício de 2025, em comparação a 2024, decorre principalmente do crescimento das receitas operacionais, com destaque para o aumento das receitas de mensalidades. Contribuíram também para essa evolução o incremento em outras receitas operacionais e nas receitas financeiras.

Esse desempenho positivo ocorreu mesmo diante do aumento relevante dos custos dos serviços educacionais, bem como das despesas com pessoal, administrativas e financeiras ao longo do período.

Dessa forma, o resultado do exercício reflete, predominantemente, a expansão da base de receitas, a qual superou o crescimento das despesas e custos operacionais.

NOTA 25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Fundação optou foi o Método Indireto.

NOTA 26. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A demonstração do valor adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e de acordo com a Resolução nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. A Entidade adotou o regime de competência para elaboração do DVA.

NOTA 27. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente ao Princípio Contábil da Continuidade.

BENS SEGURADOS	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Veículos, Equipamentos, Prédios e Pessoal	209.017.920,56	193.334.270,05

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Fundação, em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 28. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A FURI é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 e a Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto n. 11.791, de 21 de novembro de 2023 em seu art. 2º e 3º.

NOTA 29. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A FURI é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil.

NOTA 30. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A FURI é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 31. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 em seu art. 3º e o artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelecem os requisitos para o gozo da imunidade tributária, e seu cumprimento pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não percebem seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplicam suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantêm escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- Não distribuem a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessação de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

NOTA 32. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Conforme o artigo 3º da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

Abaixo, demonstramos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não é pago. O valor referente às contribuições previdenciárias, como se devidas fossem, estão discriminadas, conforme valores abaixo demonstrados:

CONTRIBUIÇÃO	TOTAL (R\$)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PATRONAL	25.172.661,84
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TERCEIROS	5.035.272,33
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RAT/SAT	1.887.212,36
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL AUTÔNOMOS	163.614,01
COFINS	8.152.936,86
TOTAL 2025	40.411.697,40
TOTAL 2024	37.585.679,42

*A Entidade possui imunidade de PIS

NOTA 33. CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADES

Por atuar tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica, no que se refere às gratuidades, a Entidade atende ao que prevê a Lei nº 11.096/05, que dispõe sobre o PROUNI, e, a Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

Portanto, foram distribuídas, durante o ano de 2025, bolsas de estudo CEBAS, em conformidade com as normativas legais, tendo encerrado o ano letivo com as quantidades de bolsas de estudo demonstradas a seguir:

BOLSAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	1.083	73	1.156
50%	190	49	239
TOTAIS	1.273	122	1.395
BOLSAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	-	357	357
50%	-	359	359
TOTAIS	-	716	716
TOTAL GERAL			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	1.083	430	1.513
50%	190	308	598
TOTAIS	1.273	838	2.111

NOTA 34. OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 18 da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, a Entidade tem autorização de funcionamento expedida pela autoridade competente, informa anualmente os dados referentes ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e atende padrões mínimos de qualidade aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pela autoridade federal competente.

A Entidade mantém, também, seu cadastro atualizado no EDUCACENSO - Censo Escolar da Educação Básica e no E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em conformidade com o que prevê a Lei nº 11.096/05 e a Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente, na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Santo Ângelo 31 de dezembro de 2025

Joceli Maria Delazari	Ezequiel Plínio Albarello	Arnaldo Nogaro	Janete Rosa Martins
Contador CRC/RS 085796/0	Pró-Reitor de Administração	Reitor	Presidente
CPF 935.135.260-91	CPF 802.961.810-72	CPF 466.023.480-00	CPF 415.738.970-00

“RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES”

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre – RS, 16 de março de 2026.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “RS” 024298/O-3

PARECER DO CONSELHO CURADOR FuRI

De conformidade com o previsto no art. 19, inciso IV e art. 40 - parágrafo segundo do Estatuto da Fundação Regional Integrada – FuRI, Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, o conselho Curador, em reunião ordinária realizada em 09 de abril de 2026, analisou a Prestação de Contas anual, o Relatório de Atividades, o Balanço Financeiro e Patrimonial relativos ao exercício do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). Após exames, concluiu que os documentos apresentados expressam com fidelidade a situação financeira e patrimonial, bem como os fatos ocorridos na Instituição durante o referido exercício. Desta forma, o Conselho Curador emite Parecer Favorável a Prestação de Contas, de acordo com o registro na Ata nº 75/2026 do livro de Atas deste Conselho.

Santo Ângelo/RS, 09 de abril de 2026.

Aprovado pelo Conselho Diretor em: 09 de abril de 2026

Aprovado pelo Conselho Curador em: 09 de abril de 2026

Aprovado pela Assembleia Geral em: 16 de abril de 2026